

Dimensões Analíticas para Identificação de Inovações Sociais: Evidências de Empreendimentos Coletivos

Ângela Maria Maurer[†]

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Tânia Nunes da Silva^Ω

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

RESUMO

As inovações sociais são vistas como alternativas para resolver problemas sociais e ambientais enfrentados pela humanidade. No entanto, o termo abrange uma ampla gama de definições que podem incluir uma variedade de iniciativas. Com base em dimensões analíticas para o reconhecimento de inovações sociais, este estudo procurou avaliar em que medida o surgimento de empreendimentos coletivos no setor de artesanato brasileiro é consistente com as dimensões postuladas na literatura. Baseando-se em um estudo de casos múltiplos, os resultados mostraram que as dimensões analíticas de inovação social identificaram os principais elementos envolvidos no desenvolvimento de soluções com um número significativo de atores, o que indica que elas são adequadas para a compreensão da formação de empreendimentos coletivos no setor de artesanato. Este estudo permitiu, por conseguinte, uma compreensão de como soluções sociais são desenvolvidas em conjunto e pode ser usados para gerar outras inovações sociais ou melhorar as já existentes.

Palavras-chave: Inovações sociais. Dimensões de análise de inovações sociais. Economia solidária. Empreendimentos coletivos brasileiros.

Recebido em 12/04/2013; aceito em 15/07/2013; divulgado em 27/11/2014.

***Autor para correspondência:**

[†] MESTRADO pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Vínculo: Aluna de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Endereço: Rua Washington Luis, Porto Alegre - RS - Brasil
E-mail: maurer.angelamaria@gmail.com
Telefone: (51) 3308-3536

^Ω DOUTORADO pela Faculdade/Instituto/Centro SOCIOLOGIA da Universidade USP/SP
Vínculo: Professora da Universidade FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Endereço: Rua Washington Luis, Porto Alegre - RS - Brasil
E-mail: tania.silva@ufrgs.br
Telefone: (51) 3308.3536

Nota do Editor: Esse artigo foi aceito por Emerson Mainardes



Este trabalho foi licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

1 INTRODUÇÃO

Por um longo período, muitos atores acreditavam - e muitos ainda acreditam - que as mudanças de natureza tecnológica são suficientes para superar os desafios atualmente enfrentados pelas sociedades (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Outros, entretanto, têm assumido discussões alternativas, envolvendo outros tipos de mudanças para melhorar as relações complexas entre os indivíduos, a natureza e a sociedade (ROBINSON, 2004). É neste contexto que a inovação social pode desempenhar um papel importante na melhoria da qualidade de vida e no desenvolvimento dos territórios.

Uma das definições mais comuns de inovação social refere-se a soluções inovadoras para as necessidades humanas (MULGAN, 2006). Outras definições envolvem um número maior de elementos, tais como a do *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (Centro de Investigação sobre Inovações Sociais - CRISES), que concebem a inovação social como "uma intervenção iniciada pelos atores sociais para responder a uma aspiração, atender necessidades específicas, ofertar uma solução ou para tirar proveito de uma oportunidade para a ação" (CRISES 2012, p.4; BOUCHARD, 2012, p. 50). Assim, pode trazer mudanças nas relações sociais, transformar um quadro de ação ou propor novas orientações culturais. O CRISES é o um dos principais centros de pesquisa para a inovação social no Canadá (ANDREW; KLEIN, 2010), e é composto de várias instituições de ensino superior que estão interessadas no estudo de soluções sociais que proporcionam mudanças positivas na sociedade.

Embora o CRISES não defina especificamente o perfil dos indivíduos que são incluídos no desenvolvimento de inovações sociais, George, McGahan e Prabhu (2012) enfatizam a necessidade de novos modelos de negócios, produtos e serviços para as pessoas marginalizadas, que são membros da Base da pirâmide (*Base of the Pyramid - BOP*). Assim, as inovações podem ser de cima para baixo (*top-down*), desenvolvida pelas autoridades públicas ou outras organizações, ou de baixo para cima (*bottom-up*), concebidas e implementadas por indivíduos ou comunidades. O que diferencia as inovações sociais de outros tipos de inovação é o fato de que as primeiras não estão em conformidade exclusiva com a lógica de maximização de lucros direcionado à esfera privada (MULGAN et al., 2008; PHILLS JR.; DEIGLMEIER; MILLER, 2008), mas sim fornecer soluções reais para os problemas ou necessidades sociais.

Mesmo com o estabelecimento de definições e do público-alvo, o alcance do conceito de inovação social ainda parece ser amplo e pode incluir um grande número de iniciativas, de modo que ele precisa ser tratado com mais profundidade (MOULAERT et al., 2005). Para isso, contamos com as dimensões de análise de inovação social desenvolvidos por Tardif e Harrison (2005), que foram baseados em 49 estudos realizados por pesquisadores do CRISES. Usando estas dimensões, também é possível identificar um maior número de elementos teóricos que dizem respeito a fenômenos complexos, tais como o processo de inovação para inclusão social (GEORGE; MCGAHAN; PRABHU, 2012).

Se inovações sociais são desejáveis em países desenvolvidos, como é o caso do Canadá e muitos outros países europeus, nos países em desenvolvimento elas se tornam essenciais para o crescimento, inclusive em países como o Brasil. Os dados atuais que descrevem a situação social no Brasil mostram que mais de 17 milhões de famílias têm uma renda mensal de até US\$ 70,00, enquanto que 19 milhões vivem com menos de meio salário mínimo mensal per capita (IPEA, 2012). Por outro lado, o Brasil tem mais de 20.000 empreendimentos coletivos que geram novas oportunidades para os indivíduos marginalizados (MTE, 2012).

Com base neste contexto, este artigo apresenta dois objetivos principais: (a) avaliar em que medida em o surgimento de empreendimentos coletivos no setor de artesanato brasileiro é consistente com as dimensões de inovação social postuladas na literatura, e (b) fornecer reflexões sobre as questões colocadas por George, McGahan e Prabhu (2012) que se referem à diferença entre as inovações *top-down* e *bottom-up*. Portanto, este artigo está estruturado da seguinte forma: a primeira seção apresenta as principais perspectivas e entendimentos a respeito da inovação social; enquanto que a segunda apresenta as dimensões de análise de inovações sociais desenvolvidas principalmente por Tardif e Harrison (2005); a terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados neste estudo; a quarta seção apresenta os resultados obtidos a partir do estudo de casos múltiplos; e, por último, são contempladas as considerações finais.

2 PERSPECTIVAS DE INOVAÇÃO SOCIAL

O termo "inovação social" está cada vez mais presente nos debates do meio acadêmico, empresarial, governamental e societal. O seu desenvolvimento, especialmente nas ciências sociais, ocorreu apenas a partir da década de 1990, devido ao descontentamento com o viés de abordagens tecnológicas para com as políticas de economia e inovação (MOULAERT et al., 2005). Ao mesmo tempo, foram obtidos resultados positivos em iniciativas de

desenvolvimento local na Europa e na Austrália, o que tornou o tema da inovação social passível de teorização nos contextos de desenvolvimento humano, local e emancipatório (HILLIER et al., 2004). Portanto, este campo da investigação pode ser considerado recente, com as contribuições mais significativas tendo sido feitas desde 2000.

Apesar de ser relativamente novo, o conceito de inovação social já possui várias definições e perspectivas que têm sido desenvolvidas em conformidade com os objetivos e os fenômenos estudados por cada grupo de pesquisa e/ou pesquisador. Algumas dessas perspectivas são mais próximas do que é considerado o entendimento tradicional da inovação (tecnológica), sendo adicionada a necessidade de se alterar os aspectos "sociais" para que as organizações possam alcançar maior crescimento econômico (DADOY, 1998). Nesta perspectiva, a inovação social é conduzida de forma a gerar um maior bem-estar dos funcionários, resultando em maior produtividade e, conseqüentemente, rentabilidade para as organizações (MOULAERT et al., 2005).

Outra perspectiva na literatura é a das Ciências Criativas, que é liderada por Michael D. Mumford. Para ele, as inovações sociais estão associadas à gênese e implementação de novas ideias sobre as diferentes maneiras em que as pessoas organizam atividades interpessoais, a fim de atender objetivos comuns (MUMFORD, 2002; MARCY; MUMFORD; 2007). O processo da criatividade humana seria o grande indutor por trás do desenvolvimento de inovações sociais, como mostra, por exemplo, no trabalho feito por Benjamin Franklin, no século XVIII, com a criação de corpos de bombeiros voluntários, nos Estados Unidos.

Adotando a perspectiva de inovações sociais desenvolvidas pelas empresas, o Centro de Inovação Social (*Center for Social Innovation - CSI*) argumenta que as soluções sociais devem abordar a sociedade como um todo (PHILLS JR .; DEIGLMEIER; MILLER, 2008). Como elas devem ser promovidas por empresas, tais inovações são frequentemente alinhadas com os princípios da Responsabilidade Social Empresarial (*Corporate Social Responsibility - CSR*). Em outras palavras, as empresas podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento de inovações que melhoram a qualidade de vida das populações, tais como tecnologias verdes, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa no meio ambiente (CONNER, 2010).

Mulgan et al., (2008), por outro lado, define as inovações sociais como novos serviços ou atividades que são motivadas pelo objetivo de chegar a uma necessidade social e que são predominantemente difundidas através de organizações cujos objetivos principais são sociais, em contraste com o postulado pela CSI (organizações privadas). Grande parte da literatura

sobre inovação social liderada por Geoff Mulgan vem das iniciativas da *Youth Foundation* (Fundação da Juventude), que é uma organização britânica sem fins lucrativos. As organizações sociais em geral são, por natureza, instituições focadas na realização de atividades que atendam às necessidades de grupos específicos ou de sociedades (MULGAN, 2006).

As inovações sociais, também podem ser ligadas a certos territórios, como o de Inovação Social, Governança e Construção Comunitária (SINGOCOM). Este grupo define a inovação social como o desenvolvimento de inovações para a satisfação humana, considerando-se o desenvolvimento territorial. Assim, ela deve ser uma solução social que proporciona a inclusão social e atende as necessidades humanas em termos de alimentação, educação, cultura, saúde, etc. (MOULAERT et al., 2005). Em sua preocupação com a questão da inclusão social, George, McGahan e Prabhu (2012, p.663) definem uma inovação social como "o desenvolvimento e implementação de novas ideias que aspiram a criar oportunidades que melhoram o bem-estar social e econômico dos membros marginalizados da sociedade".

O termo "marginalizados" refere-se a pessoas que pertencem ao BOP, ou seja, aqueles que têm os menores ganhos econômicos (HART, 2005; PRAHALAD; HART, 2002). Este conceito foi cunhado para alertar as grandes corporações para as oportunidades que os mercados alternativos podem apresentar, ao passo que as necessidades desses mercados poderiam ser satisfeitas. George e seus colegas (2012) introduzem o conceito *Base of the Pyramid* (BOP) justamente porque, para eles, inovações inclusivas podem ser desenvolvidas por organizações (empresas multinacionais, públicas) ou pelos agentes de uma determinada comunidade.

No Brasil, no entanto, o termo "inovação social" é raramente usado em comparação com o de "tecnologia social". O conceito mais generalizado de tecnologia social é aquele que compreende produtos re-aplicáveis, técnicas ou metodologias, desenvolvidas em interação com a comunidade e que oferecem soluções efetivas para a transformação social (RODRIGUES; BARBIERI, 2008). Esta definição, disseminada principalmente por Renato Peixoto Dagnino, da Universidade de Campinas, está próxima do conceito de inovação social introduzida pelo *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES), que destaca o envolvimento dos atores no processo de inovação social e a transformação social como sua meta principal. Assim, tanto a definição de tecnologia social quanto de inovação social oferecida pelo CRISES consistem no desenvolvimento de soluções com a participação de atores para alcançar transformação social.

Neumeier (2012, p.55), por sua vez, destaca as mudanças que resultariam de uma inovação social, definindo-a como "mudanças de atitudes, comportamentos ou percepções de um grupo de pessoas unidas em uma rede de interesses alinhados que em relação ao horizonte de experiência do grupo levam a novas e melhores maneiras de ação colaborativa dentro do grupo e além". Com base nas definições e conceitos de inovação social mencionados acima, a tabela 1 apresenta as características das inovações sociais, quem os executa, os resultados, e os seus autores/referências.

Tabela 1 - Características das inovações sociais, quem os executa, os resultados, os autores/referências

<i>Características</i>	<i>Quem executa</i>	<i>Resultados</i>	<i>References</i>
Mudanças sociais dentro das organizações	Organizações	Bem-estar melhorado, maior produtividade e rentabilidade	Dadoy, 1998
Novas ideias para atividades interpessoais	Indivíduos	Alcançar objetivos comuns	Mumford 2002; Marcy e Mumford, 2007
Empresas promovem soluções sociais	Empresas	Qualidade de vida das populações	Phills jr., Deiglmeier e Miller, 2008
Serviços e atividades para as necessidades sociais	Organizações sociais	Melhoria na qualidade de vida	Mulgan <i>et al.</i> , 2008; Mulgan, 2006
Desenvolvimento de inovações para a satisfação humana	Governos e/ou outros atores	Desenvolvimento territorial	Moulaert <i>et al.</i> , 2005
Novas ideias para a criação de oportunidades	Empresas, Organizações e Comunidades	Bem-estar social e econômico das pessoas marginalizadas	George, McGahan e Prabhu, 2012
Processo iniciado por atores em resposta a uma aspiração humana e as necessidades sociais	Atores ou organizações (públicas, privadas, sociais)	Mudanças nas relações sociais, para transformar uma estrutura ou propor novas orientações culturais	CRISES, 2012
Processo de ação colaborativa entre os indivíduos	Coletividade (grupos, redes)	Mudanças de atitudes, comportamentos ou percepções de um grupo de pessoas	Neumeier, 2012

Estes conceitos revelaram alguns aspectos envolvidos no desenvolvimento de inovações sociais. No entanto, as abordagens de inovação social muitas vezes não abordam este conceito em profundidade (MOULAERT et al., 2005). Para superar esse desafio, apresentamos algumas dimensões analíticas desenvolvidas principalmente por Tardif e Harrisson (2005) que abordam os elementos mais importantes para o desenvolvimento de tais soluções sociais.

3 DIMENSÕES ANALÍTICAS DE INOVAÇÕES SOCIAIS

As dimensões analíticas desenvolvidas por Tardif e Harrison (2005) baseiam-se nas principais características identificadas em inovações sociais. Esses autores analisaram 49 estudos realizados por membros do CRISES e descobriram que os conceitos essenciais na definição de uma inovação social destinada a garantir transformação social são compostos das seguintes dimensões: a) Transformações; b) Caráter inovador; c) Características da Inovação; d) Os atores envolvidos; e) Processo de desenvolvimento da inovação.

A dimensão 'Transformações' é analisada, em primeiro lugar, em termos do contexto em que a inovação social é desenvolvida. Para entender esse contexto, os autores sugerem a identificação do ambiente problemático que estimularia a criação de inovações. Esse contexto é geralmente marcado por crises, seja de natureza econômica ou social, como o desemprego. Além disso, algumas alterações podem levar à ruptura ou descontinuidade de uma determinada estrutura dentro do sistema social que, até então, estava em vigor, tais como novos modos de governança nas relações de trabalho. Estas alterações implicam, portanto, em modificações estruturais.

Assim, o contexto problemático pode influenciar as estruturas econômicas nos níveis local, regional e nacional. A mudança nestas estruturas é o segundo elemento das análises na dimensão 'Transformações'. Em outras palavras, crises, descontinuidades, rupturas e modificações estruturais podem levar a impactos de um conjunto de relações econômicas e trazer mudanças mais ou menos radicais, que levam os agentes a só fazer adaptações nessa esfera econômica (caracterizadas como "ajustes"), desenvolver novas trajetórias (chamadas de "conversão"), ou criar novas estruturas produtivas, o que sinaliza uma emergência. As estruturas econômicas que são adaptadas ou desenvolvidas podem produzir novas relações de trabalho, de produção ou de consumo.

O terceiro elemento analítico desta dimensão é o impacto do contexto problemático nas estruturas sociais. Tardif e Harrison (2005) sugerem que os laços sociais podem ser reestruturados e/ou reconstruídos por meio da adoção de novas práticas, quer em termos das relações de trabalho, de produção ou de consumo, e mudanças nas relações sociais. Essas alterações podem levar à exclusão social ou marginalização de alguns indivíduos. Assim, a alteração dos contextos implicam em impactos em ambas as estruturas, econômicas e sociais.

Na dimensão "caráter inovador", Tardif e Harrison (2005) descrevem a ação social que leva à formação de uma inovação, o tipo de economia ao qual ela pertence e os diferentes modelos que podem ser gerados com a sua implementação e divulgação. Assim, com o

contexto de mudança, os atores são levados a agir, ou seja, a desenvolver soluções para atenuar uma situação-problema em particular. Estas soluções devem ser "novas", ou seja, novidades nos ambientes específicos onde elas emergem (TARDIF; HARRISSON, 2005). Para desenvolvê-las, os atores constituem novos arranjos institucionais, que são o resultado de sua ação coletiva.

A fase de introdução de uma inovação social implica em testes e experimentos. Ao longo do tempo, experiências inovadoras que proporcionam benefícios sociais e/ou econômicos tendem a ser institucionalizadas, criando modelos de desenvolvimento, onde o Estado é o principal ator (BOUCHER, 2001), de trabalho (novas formas de organização do trabalho), de governança (parcerias entre o governo e outras instituições), e Quebec (pertencentes à Economia Social). O papel de novas políticas públicas ou programas durante os testes e experimentos, ajudando ou restringindo a inovação social, também é destacado. Além disso, as inovações sociais geram novos tipos de economia, como a Economia do Conhecimento (*Knowledge Economy*), a Economia Mista (*Mixed Economy*) e a Economia Social (*Social Economy*).

A dimensão "Inovação" é a terceira dimensão no modelo de Tardif e Harrison (2005) e refere-se ao tipo de inovação, sua escala e seus propósitos. Para o CRISES, inovações sociais podem estar localizadas ao longo de um *continuum*, do social ao técnico. As inovações técnicas são aquelas que assumem a forma de um produto ou tecnologia. As inovações sócio-técnicas, por outro lado, ocorrem geralmente dentro das organizações, com o desenvolvimento de uma tecnologia. Outro tipo de inovação que ocorre dentro das organizações é chamada de "inovações sociais organizacionais", que visam trazer melhorias nas condições de trabalho. Por outro lado, as inovações sociais que podem ser melhor descritas como "sociais" são aquelas desenvolvidas por atores da sociedade civil, que não são promulgadas em uma organização, uma empresa ou como soluções mais amplas desenvolvidas pelo Estado. A economia social de Quebec, no Canadá, é discutida a partir desta perspectiva, em termos de geração de emprego e de novas relações de trabalho por meio de uma forma de governança cooperativa (LÉVESQUE; CREVIER, 2002; LÉVESQUE, 2002; BOUCHARD, 2012). A última forma de inovação social analisada aqui é a forma institucional, que se refere principalmente a soluções em que o Estado desempenha o papel principal, como na formulação de novas leis. Da mesma forma, George, McGahan e Prabhu (2012) também postulam diferentes tipos de inovação social, tais como produtos, serviços ou modelos de negócio.

Seja qual for a forma de uma inovação social, Tardif e Harrison (2005) sugerem que tais inovações precisam ter caráter local. O propósito de uma inovação social particular deve ser o de atender aos objetivos gerais dos envolvidos, e tentar conciliar os objetivos individuais e coletivos. O alcance desses objetivos deve procurar servir o bem comum e, por isso, deve haver cooperação entre os atores.

A quarta dimensão analítica, "Atores", descreve os vários atores envolvidos no desenvolvimento e implementação de uma inovação social particular, que podem ser de diferentes tipos, tais como: Social, Organizacional, Institucional e Intermediário (TARDIF; HARRISSON, 2005). Os atores sociais podem ser aqueles de dentro da sociedade civil, como movimentos cooperativos, cooperativas ou associações comunitárias. A categoria de atores organizacionais inclui empresas, organizações da economia social, empreendimentos coletivos e beneficiários (especialmente acionistas) das empresas. Os atores institucionais englobam as instituições do Estado e a identidade, normas e valores de cada ator. A categoria de atores intermediários inclui os chamados "atores híbridos", que se referem à relação entre os diferentes atores e resultam em comissões ou redes sociais bi- ou trilaterais de alianças ou de inovação.

Rollin e Vincent (2007), por sua vez, estabelecem uma classificação de atores que difere daquela postulada por Tardif e Harrison (2005). Os primeiros destacam o papel dos atores em uma inovação social, enquanto os últimos basicamente classificam os atores como sociais, privados, públicos, ou como a parceria entre os atores. Assim, os atores, de acordo com Rollin e Vincent (2007), podem ser classificados em: 1) os detentores da ideia, 2) os financiadores, 3) os partidários ou parceiros, e 4) os usuários. Os titulares são os atores que criam ou desenvolvem a ideia de uma inovação social. Os financiadores são responsáveis pelo financiamento do processo de inovação social e pode ser organizações públicas ou privadas, fundações, etc. Partidários e parceiros têm o papel de acompanhar, apoiar ou promover uma inovação social. Os usuários ou proprietários são os atores que realmente se beneficiam da inovação social desenvolvida.

A dimensão "processo" de uma inovação social, de acordo com Tardif e Harrison (2005), é descrita em termos dos modos de coordenação, dos meios envolvidos e das restrições à sua implementação. Os modos de coordenação representam a maneira pela qual os *players* interagem e coordenam o desenvolvimento de uma inovação social. Assim, algumas de suas características são a mobilização e a participação dos atores. Como uma inovação social envolve a interação e cooperação entre diferentes atores, Cloutier (2003)

afirma que as identidades, valores e normas de cada ator se "misturam", resultando em um aprendizado coletivo. Em outras palavras, os atores aprendem novos conhecimentos e novas habilidades com a troca de informação e formação. Esse aprendizado coletivo pode levar, então, a geração de novas regras e novos padrões sociais. O modo de coordenação envolve também a avaliação da inovação social durante o seu desenvolvimento, que tem como objetivo principal identificar aspectos que podem ser melhorados para que a inovação atinja o objetivo para o qual foi criada.

Aspectos negativos ou aqueles que não estão em conformidade com o processo de uma inovação social são referidos como restrições por Tardif e Harrison (2005), e fatores desfavoráveis por Perreault e Rollin (2008). Estas restrições incluem, por exemplo, a complexidade e a incerteza da dinâmica social, a resistência dos atores e as tensões que apresentam devido à novidade, e os requisitos necessários, a fim de estabelecer um compromisso. Além disso, a rigidez institucional do ambiente pode até mesmo impedir a propagação de uma inovação social constituída. Ainda, outro elemento analítico dentro desta dimensão refere-se aos meios pelos quais os processos dessa inovação são estabelecidos. Um dos principais objetivos dos projetos de inovação social é que todos os atores estratégicos estejam envolvidos no processo de inovação, o que, portanto, exige a cooperação entre as partes. Além da cooperação, o CRISES aponta a necessidade de negociação, integração, diálogo e acordos formais e informais (parceria) para facilitar o desenvolvimento de um bom relacionamento entre os atores. Os elementos destacados em cada dimensão analítica de uma inovação social são mostrados na tabela 2.

Tabela 2 - As dimensões analíticas de inovação social, de acordo com o CRISES

TRANSFORMAÇÃO	<i>Micro-contexto</i>	<i>Econômica</i>	<i>Social</i>
	Crise	Emergência	Recomposição
	Ruptura	Adaptação	Reconstrução
	Descontinuidade	Relações de trabalho	Exclusão / Marginalização
	Modificações estruturais	Relações de produção e consumo	Prática / Mudança Relações sociais
CARÁTER INOVADOR	<i>Modelo</i>	<i>Economia</i>	<i>Ação Social</i>
	Trabalho	Saber / Conhecimento	Testes
	Desenvolvimento		Experimentos
	Governança	Misto	Políticas / Programas Arranjos institucionais
	Quebec	Social	Regulação Social
INOVAÇÃO	<i>Escala</i>	<i>Tipos</i>	<i>Propósito</i>
	Local	Técnico	bem comum
		Socio-técnico	interesse geral
		Social	interesse coletivo
		Organizacional	
		Institucional	Cooperação
ATORES	<i>Social</i>	<i>Organizações</i>	<i>Instituições</i>
	Movimentos de Cooperativas / Comunidades	Empresas	Estado
	Sociedade civil	Organizações	Identidade/Valores/Normas
		Economia Social	<i>Intermediários</i>
	Sindicatos	Organizações coletivas	Comitês Redes sociais / de aliança / de inovação
PROCESSOS	<i>Modo de Coordenação</i>	<i>Meios</i>	<i>Restrições</i>
	Avaliação	Parcerias	Complexidade
	Participação	Integração	Incerteza
	Mobilização	Negociação	Resistência / Tensão
	Aprendizado	Empoderamento	Compromisso
		Difusão	Inflexibilidade institucional

Fonte: Baseado em Tardif e Harrison (2005).

Após a apresentação das dimensões analíticas da inovação social, o tópico a seguir considera os procedimentos metodológicos deste estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo proposto, um estudo de casos múltiplos (Yin 2005) foi conduzido em um esforço para permitir uma replicação da literatura e uma análise comparativa entre os casos. O setor de artesanato foi escolhido porque ele tem recentemente experimentado crescimento, como evidenciado pelo aumento significativo no número de

faturas emitidas. Esse é também um importante setor no Brasil, pois emprega um grande número de mulheres, e pessoas com baixa escolaridade e com mais de 40 anos de idade. Além disso, o estado do Rio Grande do Sul (RS) tem o maior número de empreendimentos solidários no Brasil, o que demonstra o seu forte envolvimento com a Economia Solidária, que é equivalente à economia social canadense. O setor de artesanato envolve cerca de 70% dos empreendimentos solidários em áreas urbanas no interior do estado.

Para escolher as organizações que seriam os objetos deste estudo, entrevistas exploratórias foram realizadas com três especialistas envolvidos com organizações de economia solidária no setor de artesanato do RS: Coordenador do Programa de Artesanato da Associação Riograndense de Assistência Técnica Rural e Extensão Empresas (EMATER/ASCAR, 2012) em nível estadual; o Coordenador do Programa de Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Artesanato (SEBRAE, 2012); Coordenador do Projeto Esperança/Coesperança de Economia Solidária. O principal critério para a seleção dos casos foi a transformação social gerada pelos empreendimentos, uma vez que as inovações sociais analisadas pelo CRISES também voltam-se para este tipo de transformação.

Os seis empreendimentos de artesanato da Economia Solidária recomendados foram: 1) Cooperativa Lã Pura, 2) Cooperativa dos Artesãos do RS (COOPARIGS); 3) Grupo Novo Horizonte; 4) Grupo Misturando Arte; 5) Associação dos Artesãos de Vila Flores (AAVIF); e 6) Associação Tecelagem Lavrense. Os dados foram coletados a partir desses empreendimentos por meio de 22 entrevistas semi-estruturadas (GIL, 2008) realizadas em outubro e novembro de 2010. Cada entrevista foi integralmente transcrita e teve duração média de 46 minutos. Algumas características dos empreendimentos pesquisados são mostradas na tabela 3, tal como o seu nome, ano de fundação, número de artesãos participantes, matérias-primas utilizadas e as informações sobre as pessoas entrevistadas. Este estudo também utilizou fontes de dados secundários (sites e documentos).

Tabela 3 - Empreendimento, ano de fundação, número de artesãos, matérias-primas utilizadas e entrevistado

<i>Empreendimento</i>	<i>Ano de fundação</i>	<i>Nº. de Artesãos</i>	<i>Matérias-primas utilizadas</i>	<i>Entrevistado: cargo e instituição</i>
<i>Cooperativa Lã Pura</i>	2005	39	Lã de ovelha e tecidos.	Presidente da Cooperativa
				Tesoureiro da Cooperativa
				Extensionista da EMATER
				Ex-gerente de projeto do SEBRAE
<i>COOPARIGS</i>	1980	90	Palha de trigo e milho, lã de ovelha, couro de vaca, vime e vidro.	Presidente da Cooperativa
				Ex-Presidente da Cooperativa
				Ex-coordenador do Projeto de Artesanato do SEBRAE
<i>Grupo Novo Horizonte</i>	1999	8	Linhas, fitas, botões e pedras.	Membro 01
				Membro 02
				Membro 03
				Coordenador do Projeto Esperança
<i>Grupo Misturando Arte</i>	2005	10	Camisetas, banners, sacos plásticos usados e resíduos médicos.	Membro 01
				Membro 02
				Assistente de Projetos Sociais na AVESOL
				Representante do Fórum Gaúcho de Econ. Solidária
<i>Associação dos Artesãos de Vila Flores</i>	2002	45	Palha de trigo e milho, tecido e linha.	Presidente da associação
				Extensionista da EMATER
				Diretor do Departamento de Turismo
<i>Associação Tecelagem Lavrense</i>	1992	32	Lã de ovelha.	Presidente da associação
				Extensionista da EMATER
				Assistente Regional da EMATER

A análise dos dados foi realizada à luz das abordagens teóricas incluídas na revisão da literatura deste trabalho. As categorias analíticas norteadoras foram as dimensões de inovação social propostas por Tardif e Harrison (2005): "transformações", "caráter inovador", "inovação", "atores" e "processo". Cada dimensão foi analisada de acordo com os elementos que a compõem, enquanto que, na dimensão 'atores' a classificação proposta por Rollin e Vincent (2007) também foi adicionada. Finalmente, uma análise comparativa foi realizada entre os casos estudados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados serão apresentados de acordo com as dimensões de inovação social destacados por Tardif e Harrison (2005). Em cada uma destas dimensões, os aspectos mais relevantes identificados na formação dos empreendimentos coletivos pesquisadas serão realçados.

4.1 DIMENSÃO TRANSFORMAÇÕES

A dimensão 'Transformações' é analisada em termos de contexto, estruturas econômicas e estruturas sociais (TARDIF; HARRISSON, 2005). Apenas duas cooperativas tiveram estes

três elementos de análise, e uma das razões para este achado é que os indivíduos envolvidos na formação dos outros empreendimentos que não haviam desenvolvido soluções anteriores para as situações problemáticas que enfrentaram. Na cidade de São Borja - no contexto da cooperativa Lã Pura, houve uma descontinuidade na compra de artesanato feito de lã de ovelha, o que levou a uma adaptação na forma de vender o artesanato, através de mercados de rua. Isto levou à adoção de novas práticas pelos artesãos da cidade, bem como o estabelecimento de novas relações sociais com outros artesãos da cidade. No caso da COOPARIGS - contexto da Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre, houve descontinuidade na criação de ovinos, que impactou na quantidade de matéria-prima disponível. Essa dificuldade motivou a busca por adaptações (empregos nos grandes centros), através de novas práticas de trabalho, o que levou a mudanças nas relações sociais dos habitantes da ilha.

Os contextos de ambas as cooperativas mencionadas (Lã Pura e COOPARIGS) e os dos outros quatro casos examinados continuaram a enfrentar situações difíceis. O principal problema enfrentado pelos membros da cooperativa Lã Pura foi a dificuldade de comercialização dos itens feitos em lã. Outros empreendimentos também procuraram respostas à dificuldade do marketing de artesanatos: Grupo Novo Horizonte, Grupo Misturando Arte e Associação Tecelagem Lavrense. Além disso, no contexto da COOPARIGS existiam muitas mulheres não tinham algum ofício, agravando ainda mais a situação socioeconômica dos habitantes. O contexto da formação do empreendimento AAVIF também foi diferenciado devido à preocupação das autoridades locais com a continuação de um projeto destinado a preservar as técnicas artesanais com base no município de Vila Flores, o qual já estava em andamento.

Assim, os contextos problemáticos dos empreendimentos solidários referiram-se à dificuldade de comercialização de artesanato, à preservação de técnicas artesanais e à preocupação com as mulheres que não haviam aprendido algum ofício. Ou seja, apenas o empreendimento formado a fim de preservar a cultura local não estava diretamente envolvido com a questão da geração de renda. Alguns empreendimentos também destacaram uma situação social desfavorável, como sintomas de depressão e baixa autoestima por parte dos artesãos envolvidos. Todos os casos analisados apresentaram um problema específico e uma demanda insatisfeita, que são ambientes adequados para o desenvolvimento de soluções inovadoras, como foi destacado por Cloutier (2003).

4.2 CARÁTER INOVADOR

A dimensão "caráter inovador" envolve o desenvolvimento de uma solução inovadora para resolver os problemas identificados na dimensão 'transformações'. Em todos os casos analisados, o desenvolvimento de soluções inovadoras referiu-se à formação de empreendimentos solidários que produzem e vendem artesanato. Estes empreendimentos ligados à Economia Solidária procuraram atender às necessidades sociais e econômicas, com o seu valor social e econômico revertidos para a coletividade de indivíduos envolvidos. Nos casos da Lã Pura, AAVIF e da Tecelagem Lavrense, arranjos institucionais, como proposto por Tardif e Harrison (2005), foram feitos para a implementação de soluções inovadoras. A Lã Pura, por exemplo, surgiu como resultado de um acordo envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, SEBRAE e EMATER da cidade. Todos os acordos visavam a cooperação, a fim de melhorar o desenvolvimento das atividades nos empreendimentos coletivos. Em contrapartida, nos outros casos analisados - COOPARIGS, Novo Horizonte e Misturando Arte - não existiam arranjos institucionais envolvidos no início de suas atividades.

As soluções propostas passaram por pelo menos uma etapa de testes e experimentos, tal como descrito por Tardif e Harrison (2005). Os "testes" referiram-se a reuniões realizadas para estabelecer os empreendimentos. Estas reuniões incluíam discussões sobre o papel da coletividade e foram feitos treinamentos de técnicas de artesanato (na COOPARIGS), o desenvolvimento de coleções de artesanato (na Lã Pura), e a melhoria do artesanato existente (na Tecelagem Lavrense). A fase de experiência, nos casos analisados, envolveu o início das atividades coletivas. No entanto, o período da fase de teste e experiência variou em cada caso. Esta fase durou vários anos em alguns empreendimentos, principalmente na COOPARIGS e na Tecelagem Lavrense, enquanto os outros foram capazes de se desenvolver mais rapidamente. Além disso, as políticas públicas tiveram um papel importante na criação e desenvolvimento da Lã Pura, da AAVIF e da Tecelagem Lavrense porque os projetos foram induzidos por atores da esfera pública, ou seja, a política pública influenciou a criação desses empreendimentos. Os outros empreendimentos estudados também se beneficiaram de políticas públicas ou de incentivos públicos durante seu processo de desenvolvimento.

Em um dado contexto, uma solução torna-se institucionalizada quando passa a ser vista como um exemplo ou modelo a ser seguido por outras organizações ou instituições. Nos casos aqui analisados, esta etapa, basicamente, ocorreu no final da fase de teste e experiência e durante o início da fase de modelo. A institucionalização dos empreendimentos deu-se principalmente em relação aos grupos de artesanato com quem eles interagiram. A

cooperativa Lã Pura, por exemplo, passou a ser reconhecida como legítima ou institucionalizada pelas outras cooperativas de artesanato que fazem parte do projeto Talentos do Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma vez que este projeto deu origem à cooperativa.

Os empreendimentos de artesanato tornaram-se modelos emergentes de desenvolvimento, nos termos de Tardif e Harrison (2005). Estes modelos originalmente referem-se às iniciativas de economia social na província de Quebec, no Canadá. No entanto, todos os casos analisados no Rio Grande do Sul também mostraram a difusão do modelo organizacional, ou seja, da forma de agir coletivamente por meio da auto-gestão. Além da disseminação dessa forma de trabalho, alguns grupos também se destacaram por seus produtos inovadores ou processos de produção. Tal como com a duração da fase de teste e experimentação, a duração da fase de modelo também variou entre os empreendimentos analisados, principalmente porque esta fase é uma consequência da primeira.

4.3 DIMENSÃO INOVAÇÃO

Entre os casos que foram aqui investigados, a dimensão "inovação" mostrou-se de forma similar em seus elementos analíticos. Esses elementos são o tipo de inovação realizada, sua escala e finalidade. Em todos os casos, a solução desenvolvida foi uma inovação social, ou seja, a inovação reuniu atores sociais (bem como outros agentes), a fim de desenvolver uma solução que atendesse as necessidades dos envolvidos. Essas inovações não correspondem à lógica de concorrência do mercado, e também diferem de outros tipos de inovação destacadas pelo CRISES (técnico, socio-técnica, organizacional e institucional), uma vez que não foram desenvolvidas dentro de uma organização e não abrangem um contexto mais amplo, como em inovações sociais institucionais.

Tardif e Harrison (2005) argumentam que as inovações sociais examinadas pelo CRISES dizem respeito a soluções que são específicas para um lugar ou território. Nos casos analisados, a escala de inovações sociais também mostrou-se local, sendo elas localizadas em um município ou distrito em particular do RS. No entanto, apenas a COOPARIGS, que foi inicialmente formada por moradores da Ilha Grande dos Marinheiros (um bairro de Porto Alegre) expandiu suas operações para o Estado, principalmente a partir de 1989, o que não ocorreu com os outros empreendimentos investigados.

O objetivo das inovações sociais foi, na maioria dos casos, a geração (ou complemento) de emprego e renda. Com isto em mente, os empreendimentos coletivos formados procuraram atender as necessidades dos atores envolvidos e do bem comum. Ao conduzir seu estudo,

Tardif e Harrison (2005) analisaram várias inovações sociais, algumas das quais exigiam negociação, como entre os sindicatos, as empresas e o Estado. Assim, esses autores ressaltam a importância de ter um consenso e um acordo comum. Nos casos analisados, os atores envolvidos com os artesãos e moradores procuraram contribuir para a formação dos empreendimentos, e nenhum interesse divergente foi expresso, o que destacou o desejo de cooperação entre os atores para que as soluções fossem bem sucedidas.

4.4 DIMENSÃO ATORES

Na dimensão "atores", foram analisados os participantes envolvidos no processo de criação e implementação de uma inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005). A análise dos casos mostrou que vários tipos de atores estiveram envolvidos na formação dos empreendimentos pesquisados. Como as soluções desenvolvidas se destinavam a satisfazer as necessidades dos residentes em um determinado local, os atores da sociedade civil, em termos de Tardif e Harrison (2005), estavam presentes em todos os casos. Esses atores foram também os usuários das inovações sociais estudadas.

Os casos estudados apresentaram diferentes atores que podem ser chamados de "os detentores da ideia", de acordo com a classificação de Rollin e Vincent (2007). Os grupos de artesãos analisados - Novo Horizonte e Misturando Arte - foram concebidos por atores da sociedade civil, que foram os detentores da ideia de inovar, bem como os usuários da inovação. Nos casos de Lã Pura e AAVIF, os esforços foram promovidos por atores híbridos, em termos de Tardif e Harrison (2005). O ator híbrido na formação do empreendimento Lã Pura foi composto por três representantes do Estado: Ministério do Desenvolvimento Agrário, EMATER e SEBRAE. No caso de AAVIF, o ator híbrido consistiu na associação Atuaserra, juntamente com o Departamento de Turismo do município de Vila Flores. A COOPARIGS foi concebida pelo líder do SADI, que é um movimento comunitário, enquanto a Tecelagem Lavrense foi criada pelo escritório local da EMATER no município de Lavras do Sul. Assim, pode ser visto que, dos seis casos estudados, quatro foram induzidos por entidades ou organizações.

Os atores apoiadores das inovações sociais, que constituem outra categoria para Rollin e Vincent (2007), também foram identificados em todos os casos. Uma variedade de atores apoiadores foi encontrada no decurso das atividades dos empreendimentos analisados: atores que representam o estado, empresas, ONGs e movimentos sociais. Os atores apoiadores nos empreendimentos induzidos - Lã Pura, COOPARIGS, AAVIF e Tecelagem Lavrense - eram basicamente os representantes dos Estados. O apoio foi dado principalmente em termos de

habilidades e treinamento de pessoal para garantir que os projetos pudessem alcançar sua independência, e, assim, atingir as metas de geração de emprego e renda. Os empreendimentos não induzidos, os grupos Novo Horizonte e Misturando Arte, foram apoiados principalmente pelo movimento de Economia Solidária e pelos empreendimentos que compõem esse movimento. Este apoio assume a forma de intercâmbio de conhecimentos e informações entre os empreendimentos e de legitimidade oferecida por esses movimentos e redes.

Rollin e Vincent (2007) também apontam que o processo de desenvolvimento de uma inovação social, muitas vezes inclui atores de financiamento. Nos casos estudados, muitos dos atores que representaram o Estado, agiram, tanto como apoiadores quanto financiadores. Apenas a Lã Pura e a Tecelagem Lavrense apresentaram evidências que podem ser classificadas exclusivamente como financiadoras (empresas). Os atores de financiamento auxiliam os empreendimentos com recursos financeiros para a participação em feiras ou cursos.

4.5 DIMENSÃO PROCESSO

O processo de formação de inovações sociais é analisado através dos elementos do "modo de coordenação", "meios" e "restrições" (TARDIF; HARRISSON, 2005). O modo de coordenação refere-se ao envolvimento dos atores no processo de desenvolvimento de uma inovação social. Nos casos analisados, a mobilização de atores foi mais evidente no início do processo de formação dos empreendimentos, o que foi feito pelos atores detentores da ideia de cada inovação social. A participação dos atores foi também destacada em todos os casos estudados e dependeu, principalmente, dos papéis desempenhados pelos atores neste processo. Nos casos dos empreendimentos estabelecidos por organizações ou entidades (Lã Pura, COOPARIGS, AAVIF e Tecelagem Lavrense), não só os artesãos ou os moradores de um lugar particular participaram, mas também os atores indutores, como o SEBRAE e EMATER, no caso de Lã Pura. Nos grupos Misturando Arte e Novo Horizonte, foram sobretudo os artesãos envolvidos diretamente nos empreendimentos que participaram. A participação dos atores é uma constante na formação das inovações sociais estudadas, dado que são empreendimentos autogestionários.

As inovações sociais, devido ao fato de que requerem a participação de atores, comumente resultam em um processo de aprendizagem (CLOUTIER, 2003). Nos casos analisados, a aprendizagem foi destacada durante todas as fases de desenvolvimento dos empreendimentos. Este aprendizado foi tanto em termos de agir coletivamente quanto em

relação a questões sobre produtos, por exemplo, melhorando as técnicas utilizadas. Além disso, o aprendizado gerado pela troca de experiências entre os empreendimentos que participam do movimento de Economia Solidária (Novo Horizonte e Misturando Arte), que estabeleceu relações interorganizacionais, visando à troca de experiências, deve ser destacado.

Foram observadas as restrições para o processo de desenvolvimento de inovações sociais nos seis empreendimentos analisados. Em todos os casos, os vários problemas encontrados pelos empreendimentos resultaram em incerteza e tensão por parte dos artesãos. No caso da Lã Pura, estas restrições foram relacionadas a problemas de gestão com um fornecedor, de capital de giro limitado para a compra de matérias-primas ou equipamentos e da dependência do empreendimento em relação aos seus parceiros. A COOPARIGS enfrentou a dificuldade de comercialização de seus produtos em lã. O grupo Novo Horizonte também experimentou a incerteza relacionada com as vendas insuficientes. O grupo Misturando Arte, por sua vez, experimentou a tensão e incerteza, porque muitos artesãos filiados ao grupo o abandonaram, e alguma incerteza devido ao seu foco na militância do movimento de Economia Solidária, não havendo uma preocupação com a sustentabilidade do empreendimento ao longo do tempo. Na AAVIF, havia uma dependência de seus parceiros que contribuiu para a incerteza na continuidade da associação. O último caso - Tecelagem Lavrense - também mostrou uma dependência semelhante, e os conflitos internos recentes têm gerado tensões no grupo.

É também válido notar que três dos projetos estudados tiveram dificuldades no que diz respeito ao baixo nível de compromisso por parte dos artesãos, o que é uma das limitações apontadas por Tardif e Harrison (2005). Na Lã Pura, os artesãos, especialmente nas áreas rurais, participaram pouco dos processos de tomada de decisão. Na COOPARIGS, devido a seus membros viverem em diferentes municípios do Estado, houve dificuldades para reunir os artesãos e estimular o interesse na gestão do empreendimento. Na AAVIF, a participação limitada é devida, de acordo com os entrevistados, aos diversos tipos de público incluídos no empreendimento. Assim, mesmo quando as soluções inovadoras contaram com a participação de atores usuários, alguns empreendimentos tiveram dificuldades em reter esses participantes. Entre os empreendimentos estudados, os grupos que participam da Economia Solidária, ou seja, Novo Horizonte e Misturando Arte, foram notáveis exceções no que diz respeito à participação de seus membros.

A "complexidade" foi identificada como uma restrição nos casos de Lã Pura, COOPARIGS, AAVIF e Tecelagem Lavrense. Esta restrição referiu-se principalmente às

dificuldades encontradas em atuar no coletivo, que foram relacionados com o compromisso dos membros e ao espírito empreendedor dos artesãos. Outra restrição identificada nos empreendimentos disse respeito à resistência de alguns artesãos pertencentes a essas inovações, tais como a falta de compromisso por parte dos artesãos para entregar os produtos no prazo acordado com os clientes ou a possibilidade de perder benefícios de aposentadoria. Apenas a associação Tecelagem Lavrense destacou a inflexibilidade institucional como uma dificuldade, por causa da necessidade de mais políticas públicas capazes de estimular seus projetos de artesanato.

Na dimensão "processo", os meios pelos quais o processo de desenvolvimento de inovações sociais ocorre também são observados (TARDIF; HARRISSON, 2005). Em todos os casos estudados, os meios que mais se destacaram foram os de integração, parceria e difusão das inovações sociais. Durante a fase de teste e experiência, os empreendimentos integraram os atores envolvidos, bem como estabeleceram parcerias com organizações ou instituições. Durante a fase de modelo de desenvolvimento emergente, os meios que mais se destacaram foram os de parceria e difusão das inovações sociais. O empoderamento foi ressaltado nos casos de COOPARIGS e Tecelagem Lavrense quando alguns artesãos foram capacitados e conseguiram abrir seus próprios negócios. Além disso, a COOPARIGS realizou negociações com o SEBRAE, o que resultou na criação da marca Mão Gaúcha para fins de melhor comercializar os produtos da cooperativa. Também é válido notar que os grupos Novo Horizonte e Misturando Arte, embora ainda em fase de desenvolvimento emergente, começaram a integrar-se com outros empreendimentos, especialmente aqueles ligados ao movimento de Economia Solidária. A Figura 1 apresenta uma síntese dos principais elementos que foram destacados na formação dos empreendimentos solidários econômicos pesquisados, de acordo com um processo de inovação social.

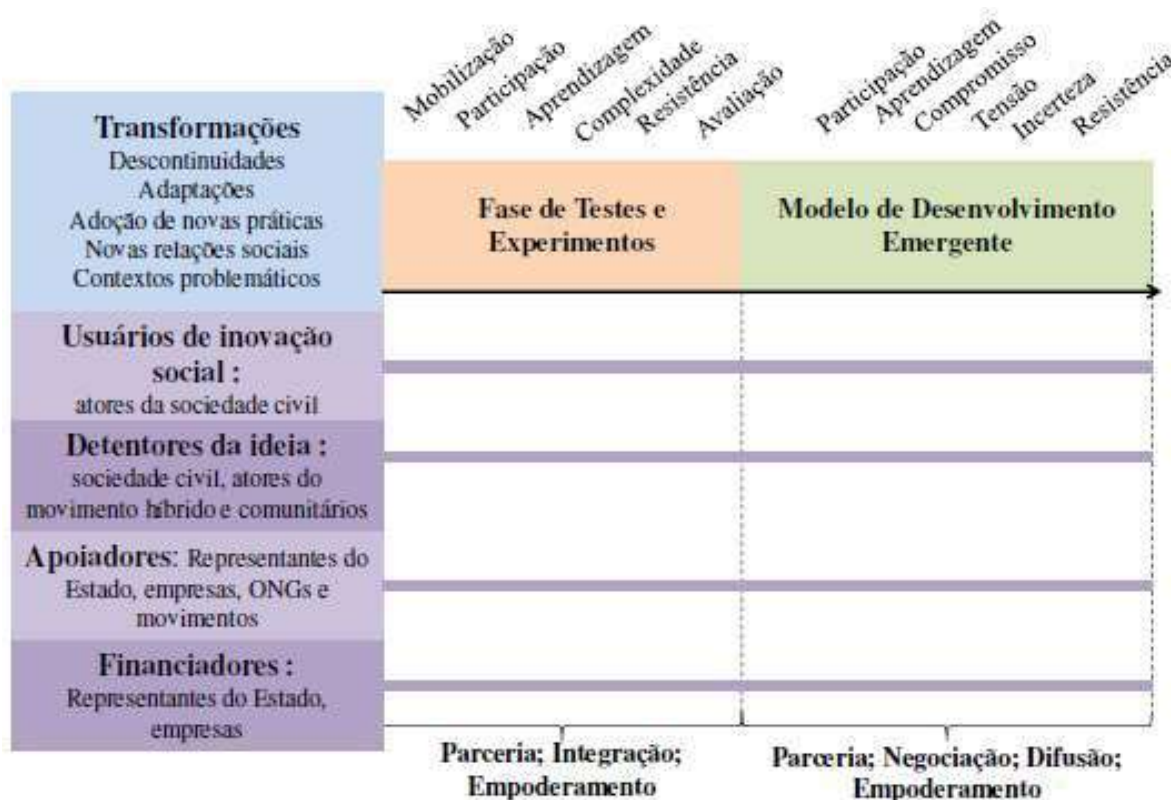


Figura 1 - O processo de formação de empreendimentos coletivos de acordo com os principais aspectos das dimensões de inovações sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi o de avaliar em que medida o surgimento de empreendimentos coletivos no setor de artesanato brasileiro é consistente com as dimensões de inovação social postuladas na literatura. Para alcançar este propósito, um estudo de caso múltiplo foi conduzido. Verificou-se que a maioria dos elementos das dimensões da inovação social proposto principalmente por Tardif e Harrison (2005) e Rollin e Vincent (2007) foram identificados nos casos estudados. Em geral, os projetos analisados foram criados e desenvolvidos de acordo com processos que envolveram diversos atores.

Os empreendimentos estudados foram desenvolvidos dentro de contextos problemáticos, passaram pela fase de tentativa e experimento, foram institucionalizados, e tornaram-se modelos de desenvolvimento emergente. Estes empreendimentos também contemplaram a necessidade da comunidade e do bem comum. Vários atores foram identificados na formação destas inovações, os quais contaram com os atores referidos como detentores da ideia, financiadores, apoiadores e usuários. A mobilização e a participação dos atores também foram representativas, assim como foi o aprendizado gerado pelo processo de desenvolvimento das inovações sociais analisadas. Este processo envolveu restrições que geraram incerteza e tensão entre os artesãos. No entanto, o processo foi realizado através da

integração e da parceria entre os atores, e as soluções desenvolvidas se espalharam para outros contextos.

Assim, as dimensões de análise de inovações sociais propostas por Tardif e Harrison (2005) e a classificação dos atores desenvolvida por Rollin e Vincent (2007) podem ser consideradas adequadas para a compreensão da formação de empreendimentos coletivos no setor de artesanato, dado que permitem a identificação dos principais elementos nas soluções desenvolvidas com um número considerável de atores, o que tinha sido previamente observado por Bouchard (2012). As inovações sociais estudadas buscaram majoritariamente ser fonte de geração de renda e emprego, e, em alguns casos, suprir necessidades sociais dos indivíduos envolvidos. Este estudo, então, apresentou uma maior compreensão de como as soluções sociais são construídas coletivamente, o que pode ser usado para gerar outras inovações sociais ou melhorar as já existentes. Além disso, deve-se salientar que os empreendimentos induzidos por meio de políticas públicas apresentaram baixos níveis de participação e altos níveis de dependência de seus parceiros, demonstrando, assim, diferenças importantes quando comparados a empreendimentos formados espontaneamente - dúvidas anteriormente expressas por George, McGahan e Prabhu (2012). Portanto, seria particularmente importante para os coordenadores destes empreendimentos desenvolver medidas para superar essa dificuldade.

Este estudo incidiu sobre as principais dimensões de inovação social apresentadas na literatura. No entanto, essa não foi uma tentativa de analisar em detalhe os resultados gerados pelas inovações sociais. Assim, estudos futuros podem contribuir significativamente adicionando esta dimensão em sua análise. Outra sugestão para futuras pesquisas seria a de aprofundar estudos acerca da aprendizagem que ocorre entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento de inovações sociais, bem como das características de governança necessárias para melhor gerir este processo. Finalmente, seria relevante a realização de estudos que envolvam todos os membros de um empreendimento coletivo específico para que os elementos analisados possam ser melhor abordados.

REFERÊNCIAS

ANDREW, C.; KLEIN, J. L. Social innovation: what is it and why is it important to understand it better. In: **CRISES**. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2010.

BOUCHARD, M. J. Social Innovation, an analytical grid for understanding the social economy: the example of the Québec housing, **Services Business**, v.6, p. 47-59, 2012.

- BOUCHER, J. L. Transformations sociales et orientation de la société. In: BOUCHER, J. L.; FOTEV, G.; KOLEVA, S. (Orgs.). **Mutations de société et quête de sens: une rencontre entre des sociologues bulgares et québécois**. Sofia: Éditions LIK, 2001. p. 19-44.
- CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2003.
- CONNER, A. Ideas research. **Stanford Social Innovation Review**, spring, p. 6-11, 2010.
- CRISES. Centre de Recherche sur les Innovations Sociales. **Rapport Annuel des activités scientifiques du CRISES 2009-2010**. Quebec, 2010.
- DADOY, M. L'innovation sociale, mythes et réalités: l'innovation en question. **Éducation Permanente**, v. 134, p. 41-53, 1998.
- EMATER/ASCAR. Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2012. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- GEORGE, G.; MACGAHAN, A. M.; PRABHU, J. Innovation for Inclusive Growth: Towards a Theoretical Framework and Research Agenda. **Journal of Management Studies**, v. 49, n. 4, p. 661-683, 2012.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HART, S. L. Innovation, Creative Destruction and Sustainability. **Research Technology Management**, v. 48, n. 5, p. 21-28, 2005.
- HILLIER, J.; MOULAERT, F.; NUSSBAUMER, J. Trois essais sur le rôle de l'innovation sociale dans le développement spacial. *Géographie, Économie, Société*, 6, 129-152, 2004.
- HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, n. 13, p. 38-52, 2005.
- IPEA (2012). **Políticas Sociais de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_20_cap02.pdf>. Acesso em 10 out 2012.
- LÉVESQUE, B. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2002.
- LÉVESQUE, B.; CREVIER, F. Les impacts des parcs scientifiques à travers la contribution des innovations sociales et des sciences et humaines. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2002.
- MARCY, R. T.; MUMFORD, M. D. Social innovations: enhancing creative performance through causal analysis. **Creativity Research Journal**, v. 19, p. 123-140, 2007.
- MOULAERT, F. et al. Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

- MTE (2012). **O que é a Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp> . Acesso em: 14 mar. 2012.
- MULGAN, G. et al. **Social innovation: what it is, why it matters, how it can be accelerated**. Oxford: Skoll Centre for Social Innovation, 2008.
- MULGAN, G. The process of social innovation. **Innovations**, spring, p. 145-162, 2006.
- MUMFORD, M. D. Social Innovation: ten cases from Benjamin Franklin. **Creativity Research Journal**, v. 14, n. 2, p. 253-266, 2002.
- NEUMEIER, S. Why do social innovations in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research? – Proposal for a stronger focus on social innovations in rural development research. **Sociologia Ruralis**, v. 52, n. 1, p. 48-69, 2012.
- PERREAULT, N.; ROLLIN, J. Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec: une étude du Réseau québécois en innovation sociale. **Développement Social**, v. 9, n. 1, p. 59-60, 2008.
- PHILLS JR., J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Fall, p. 34-43, 2008.
- PRAHALAD, C. K.; HART, S. L. The fortune at the bottom of the pyramid. **Strategy+Business**, v. 26, p. 54-67, 2002.
- ROBINSON, J. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological Economics**, v. 48, p. 369-384, 2004.
- RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, 2008.
- ROLLIN, J.; VICENT, V. **Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec**. Québec: Université du Québec, 2007.
- SEBRAE. **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. 2012. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2012.
- TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2005.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.